

Demonstrações Contábeis

**Santa Luz Geração e Comércio de Energia
SPE S.A.**

Em 31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9



Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
Fax: +55 85 3392-5659
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração e Diretoria da
Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.
Boa Vista - RR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.



- Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 29 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Nathália Domingues
Nathália Domingues
Contadora CRC-CE 20833/O-7

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Balanco patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31-12-21</u>	<u>31-12-20</u>		<u>Notas</u>	<u>31-12-21</u>	<u>31-12-20</u>
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.902	2.328	Fornecedores	9	6.380	1.071
Adiantamentos a fornecedores		-	5.823	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		441	77
Estoques	6	3.989	-	Impostos a recolher		-	208
Impostos a recuperar		192	-	Passivo arrendamento		352	9
Despesa antecipada		130	2	Debêntures	10	35.520	-
Total ativo circulante		19.213	8.153	Partes relacionadas		131	-
				Total passivo circulante		42.824	1.365
				Passivo não circulante			
Ativo não circulante				Fornecedores	9	12.899	-
Ativo direito de uso		3.319	165	Debêntures	10	75.544	20.668
Imobilizado	7	113.546	48.424	Passivo arrendamento		2.513	141,00
Ativo biológico	8	29.285	-	Total passivo não circulante		90.956	20.809
Total ativo não circulante		146.150	48.589	Patrimônio líquido	12		
				Capital social		36.613	20.561
				Adiantamento futuro aumento capital - AFAC		-	16.861
				Prejuízos acumulados		(5.030)	(2.854)
				Total do patrimônio líquido		31.583	34.568
Total ativo		165.363	56.742	Total passivo e patrimônio líquido		165.363	56.742

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Demonstração do resultado do exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	<u>31-12-21</u>	<u>31-12-20</u>
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais	13	(2.444)	(2.755)
Depreciação		(131)	(24)
Outras Receita (Despesas) Operacionais		69	(50)
Prejuízo antes do resultado financeiro		<u>(2.506)</u>	<u>(2.829)</u>
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	14	(263)	(27)
Receitas financeiras	14	593	2
		<u>330</u>	<u>(25)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(2.176)</u>	<u>(2.854)</u>
Quantidade média ponderada de ações		36.613.494	20.561.319
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária - R\$		(0,06)	(0,14)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31-12-21</u>	<u>31-12-20</u>
Prejuízo do exercício	(2.176)	(2.854)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>(2.176)</u>	<u>(2.854)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Futuro Aumento Capital	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	20.561	16.861	(2.854)	34.568
Integralização de capital (Nota 12)	16.052	(16.052)	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	(809)	-	(809)
Prejuízo do exercício	-	-	(2.176)	(2.176)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	36.613	-	(5.030)	31.583

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31-12-21</u>	<u>31-12-20</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(2.176)	(2.854)
Ajustes por:		
Depreciação	131	24
Juros sobre arrendamento mercantil	134	7
Variações nos ativos e passivos		
Adiantamento Fornecedores	5.823	(5.823)
Estoques	(2.653)	-
Impostos a recuperar	(192)	(2)
Despesas antecipadas	(128)	-
Fornecedores	18.208	1.071
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	364	77
Imposto a recolher	(208)	208
Partes relacionadas	131	-
Juros sobre arrendamentos pagos	(29)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	19.405	(7.292)
Direito de uso	(3.236)	(165)
Aquisição de imobilizado	(50.363)	(47.788)
Aquisição ativo biológico	(30.621)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(84.220)	(47.953)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	20.560
Captação de debêntures	75.588	20.055
Pagamento de custo de transação com debentures	-	(43)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(809)	16.861
Obrigações com arrendamento	2.610	139
Caixa líquido originado nas atividades de financiamento	77.389	57.572
Aumento em caixa e equivalente de caixa	12.574	2.327
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.328	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	14.902	2.328
Aumento em caixa e equivalente de caixa	12.574	2.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia

A Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A. (“Companhia” ou “Santa Luz”) é uma subsidiária direta da Oxe Participações S.A. (“Oxe” ou “Acionista”), e foi constituída em 30 de agosto de 2019 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rua Levindo Inácio de Oliveira, n. 1.117, sala 4, bairro Paraviana, Boa Vista/RR.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico – SPE) de implantar e explorar o potencial energético da Central Geradora Termelétrica Santa Luz (“CGT Santa Luz”). A CGT Santa Luz é uma usina termelétrica movida à biomassa (energia renovável), localizada no município de Boa Vista/RR e possui uma potência líquida de 8,163(*) MW. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

Conforme as resoluções autorizativas Nº 8.058 e Nº 8.391 da ANEEL, a Companhia possui autorização para explorar a CGT Santa Luz, sob o regime de produção independente de energia elétrica, pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos. A CGT Santa Luz sagrou-se vencedora do Leilão 001/2019 da ANEEL (“Leilão”), realizado em 31 de maio de 2019. Nos termos do Leilão, a Companhia assinou com a Roraima Energia S.A. o Contrato de Comercialização de Energia Elétrica e Potência nos Sistemas Isolados (“CCESI”), que estabelece os termos e as condições da contratação de energia elétrica e potência associada efetuada entre as partes, pelo prazo de 15 (quinze) anos. Em 13 de outubro de 2021, a diretoria da ANEEL, através do despacho Nº 3.225, postergou o período de suprimento do CCESI, que passou a ser de 1 de outubro de 2021 até 30 de setembro de 2036.

UTE	Resolução da ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Potência líquida (MW)
CGT Santa Luz	8.058	06/08/2019	35 anos	8,163

(*) não auditado.

A CGT Santa Luz está em fase final de implantação, com a realização dos comissionamentos dos equipamentos e dos testes com o ONS.

1.1. Impactos do Covid-19

A Companhia permanece atenta à evolução da pandemia e mantendo todas as medidas preventivas para preservar a saúde e a segurança dos colaboradores próprios e terceiros, incluindo a utilização de máscaras e EPIs, a disponibilização de álcool em gel e a realização de testes de covid, bem como para apoiar os parceiros e as comunidades nas localidades onde a Companhia atua.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

O cronograma de implantação das obras da CGT Santa Luz foi impactado por eventos de força maior relacionados à pandemia de covid-19 no estado de Roraima e no território nacional, em especial o atraso no fornecimento de insumos e o afastamento de colaboradores.

1.2. Licenças Ambientais

A Companhia está em fase de implantação da CGT Santa Luz e do respectivo sistema de transmissão de interesse restrito. Nesse contexto, a Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima ("FEMARH-RR") concedeu (i) a Licença de Instalação Nº 047/2020/DLA, referente à instalação da usina termelétrica a biomassa, com validade até 10 de junho de 2022, (ii) a Licença de Instalação Nº 003/2021/DLA, referente à instalação de linha de transmissão de 69 kV, com validade até 08 de janeiro de 2023. Adicionalmente, a Companhia já solicitou para FEMARH-RR as Licenças de Operação referentes ao projeto.

1.3. Benefícios Fiscais

Atualmente, a Companhia possui os benefícios fiscais relativos (i) ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura ("REIDI"); e (ii) à Lei estadual 215/98 ("Lei 215/98").

Conforme Portaria Nº 1/2020 do Ministério de Minas e Energia e Ato Declaratório Executivo DRF/MNS Nº 79/2020, a Companhia foi habilitada para operar no REIDI. O REIDI foi instituído através da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e beneficia com a suspensão da exigência da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre bens e serviços os projetos voltados à implantação de infraestrutura nos setores de energia, transportes, portos, saneamento básico e irrigação.

Conforme Decreto Nº 29.837-E/2021, a Companhia está isenta dos tributos previstos na competência do Estado de Roraima, na qualidade de integrante do Projeto de Exploração Agropecuária e Agroindustrial do Estado de Roraima, conforme disposto na Lei nº 215, de 11 de setembro de 1998.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Contrato de comercialização de energia elétrica

2.1. Contrato de Comercialização de Energia Elétrica e Potência nos Sistemas Isolados ("CCESI")

Em decorrência do certame licitatório para aquisição de energia elétrica e potência no sistema isolado de Roraima, realizado em 31 de maio de 2019, conforme o edital do Leilão 001/2019 da ANEEL, a Companhia e a concessionária de distribuição local assinaram o CCESI, o qual trata do suprimento de energia elétrica e potência associada visando ao atendimento do mercado consumidor da área de concessão da concessionária. Conforme a regulamentação do setor elétrico, a concessionária tem como uma de suas prioridades o pagamento do suprimento de energia elétrica, para a devida prestação do serviço público de distribuição. Nesse sentido, o CCESI prevê a assinatura do Contrato de Constituição de Garantia ("CCG") pelas partes e pelo banco gestor com a finalidade de garantir o cumprimento das obrigações de pagamento da concessionária.

2.1. Contrato de Constituição de Garantia ("CCG")

O CCG tem por objeto estabelecer os termos e condições de cumprimento da obrigação de pagamento da concessionária para Companhia, conforme definido no CCESI, mediante: (i) a vinculação de parte da receita da concessionária; e (ii) a regulamentação de todos os termos e condições segundo os quais o banco gestor irá atuar como banco mandatário, depositário e responsável pela centralização e administração de fluxos de recursos da conta centralizadora, da conta vinculada e da conta reserva, para fins de pagamento do CCESI.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução da diretoria em 29 de março de 2022.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis— Continuação

3.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando requerido nas normas.

3.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais, foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.3.1. Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre julgamentos, incertezas sobre premissas e estimativas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 11 - Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários: Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos;
- Nota Explicativa nº 8 - Valor justo dos ativos biológicos: Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas na nota 4.3.
- Nota Explicativa nº 15 - Instrumentos financeiros: Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis-- Continuação

(a) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças, quando aplicável.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 15 - Instrumentos financeiros.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 4.13.2.

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento ou liquidez de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.2. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido – dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas: custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos e mão de obra, e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

No caso do estoque de madeira colhida em campo e do estoque de cavaco de madeira, os saldos compreendem os custos da matéria prima (biomassa) e os respectivos custos diretos na produção dos estoques.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.3. Ativo biológico

O ativo biológico da Companhia é composto por (i) um plantio maduro de *acacia mangium* adquirido de terceiros; e (ii) um plantio em formação de eucalipto iniciado pela Companhia em 2021. O ativo biológico é mensurado ao valor justo, deduzido dos custos estimados de venda no momento que atingem o ponto de colheita e/ou corte. No caso do plantio de *acacia mangium*, por se tratar de aquisição recente, o valor da transação é considerado como o valor justo desse ativo biológico. No caso do plantio de eucalipto, dado o estágio inicial do plantio, o custo incorrido para formação da floresta é considerado como o valor justo desse ativo biológico.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem.

4.4. Imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os ativos imobilizados são registrados ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, será calculada a partir do início das operações, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, nº 474, de 7 de fevereiro de 2012 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis dos ativos em formação.

A autorização para exploração do potencial termelétrico da CGT Santa Luz, como produtora independente de energia elétrica, vigorará pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica não passarão a integrar o patrimônio da União.

4.5. Custos de empréstimos e debêntures

Custos de empréstimos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo e debêntures compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos à operação.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.6. Arrendamentos

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e o correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja a arrendatária, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia usa sua taxa incremental de captação.

4.7. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem juros sobre o arrendamento mercantil, despesas de multas, acréscimos moratórios e tarifas bancárias.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.8. Instrumentos financeiros

4.8.1. Reconhecimento e mensuração inicial

O Contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

4.8.2. Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.8. Instrumentos financeiros--Continuação

4.8.2. Classificação e mensuração subsequente--Continuação

(a) Ativos financeiros--Continuação

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.8. Instrumentos financeiros--Continuação

4.8.2. Classificação e mensuração subsequente--Continuação

(b) Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio--Continuação

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação a Companhia considera:

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.8. Instrumentos financeiros--Continuação

4.8.2. Classificação e mensuração subsequente--Continuação

(c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros--Continuação

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.8. Instrumentos financeiros--Continuação

4.8.2. Classificação e mensuração subsequente--Continuação

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

4.8.3. Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.8. Instrumentos financeiros--Continuação

4.8.3. Desreconhecimento--Continuação

(c) Reforma na taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- A mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- A nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior, ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

4.8.4. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.9. Capital Social

4.9.1. Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos.

4.9.2. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei nº. 6.404/76. Os dividendos a pagar foram destacados na conta de reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido no encerramento do exercício.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

4.10. Redução ao valor recuperável (*impairment*) – Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.10. Redução ao valor recuperável (*impairment*) – Ativos não financeiros--Continuação

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Considerando que a Companhia não possui ágio contabilizado em suas demonstrações contábeis, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Companhia informa que no período em questão não houve perdas por redução ao valor recuperável.

4.11. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.12. Provisões para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias

As provisões para processos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.13. Principais mudanças nas políticas contábeis

4.13.1. Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

(a) Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros e Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.

Essa alteração não tem impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

(a) Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.13. Principais mudanças nas políticas contábeis--Continuação

4.13.1. Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021--Continuação

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não tem impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

4.13.2. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

(b) IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária.

Essa norma não se aplica à Companhia e suas controladas.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.13. Principais mudanças nas políticas contábeis--Continuação

4.13.2. Novas normas e interpretações ainda não efetivas--Continuação

(c) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

(d) Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.13. Principais mudanças nas políticas contábeis--Continuação

4.13.2. Novas normas e interpretações ainda não efetivas--Continuação

(e) Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de “estimativa contábeis”. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

(f) Outras normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia não espera impactos significativos quando da entrada em vigor dessas normas:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12); e
- Melhorias anuais para normas IFRS 2018-2020.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Bancos	5.420	1
Aplicações financeiras (a)	9.482	2.327
Fundos de Investimento	1	2.327
Títulos públicos	9.481	-
	<u>14.902</u>	<u>2.328</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2021, referem-se às aplicações financeiras de liquidez imediata em letras do tesouro direto – LFT com lastro em NTN (Notas do Tesouro Nacional) e aos fundos de investimentos atrelados à renda fixa. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

A carteira global é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de dezembro de 2021 equivale a 104% do CDI.

6. Estoques

	<u>31/12/2021</u>
Insumos para plantio (a)	492
Madeira colhida em campo (b)	1.169
Cavaco de madeira ©	2.328
Total	<u>3.989</u>

- (a) O Estoque de insumos para plantio refere-se ao estoque em poder de terceiros relacionado a adubos, fertilizantes e iscas de formiga. Esses insumos foram adquiridos para o plantio da floresta de eucalipto, ou seja, para a formação do ativo biológico, e encontram-se em poder da empresa Cavaco Forte, contratada pela Companhia para execução do plantio.
- (b) O Estoque de madeira em campo é decorrente da colheita do ativo biológico formado de *acacia mangium*, e
- (c) O Estoque de cavaco de madeira decorrente da picagem e do transporte da madeira colhida. Esse saldo inclui os custos diretos associados a produção desses estoques.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Imobilizado

(a) Composição do imobilizado

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Equipamentos de informática	20%	54	58
Veículos	20%	128	164
Móveis e utensílios	10%	52	25
Projetos	-	40	24
Terrenos – Servidão	-	935	-
Obras em andamento (i)	-	108.440	23.809
Adiantamento a fornecedores (ii)	-	3.897	24.344
Total		113.546	48.424

- (i) Os principais valores em obras em andamento referem-se ao: contrato de EPC, caldeira, turbogerador, terraplanagem, máquinas e equipamentos relacionados à construção da CGT Santa Luz além dos juros e correção monetária sobre os financiamentos contratados para implantação da usina.
- (j) A redução da conta de Adiantamento a fornecedores decorre da transferência do seu saldo para a conta de Obras em andamento. Os contratos de prestação de serviço e de fornecimento de máquinas e materiais para construção da CGT estabeleceram tanto pagamentos de sinais, quanto pagamentos atrelados a eventos. No caso de prestação de serviços, à medida que o serviço foi medido e faturado, houve a transferência entre as contas. No caso de fornecimentos, quando ocorreu a transferência do bem e o faturamento, houve a transferência entre as contas.

(b) Movimentação do imobilizado

	31/12/2020	Adições	Juros debêntures	Transferência	Depreciação	31/12/2021
Equipamentos de informática	58	6	-	-	(10)	54
Veículos	164	-	-	-	(36)	128
Móveis e utensílios	25	30	-	-	(3)	52
Projetos	24	16	-	-	-	40
Terrenos-Servidão	-	935	-	-	-	935
Obras em andamento	23.809	49.376	14.808	20.447	-	108.440
Adiantamento a fornecedores	24.344	-	-	(20.447)	-	3.897
	48.424	50.379	14.808	-	(49)	113.546

8. Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia compreendem (i) plantios maduros de *acacia mangium*; e (ii) plantios em formação de eucalipto, e são utilizados no processo de produção de cavaco de madeira para atender à demanda da CGT para geração de vapor e de energia elétrica. No caso dos plantios maduros de *acacia mangium*, a aquisição da totalidade dos acervos florestais ocorreu no segundo semestre de 2021. Dessa forma, o valor justo desses ativos biológicos equiparou-se ao preço de mercado, não havendo expectativa de alteração relevante do valor junto.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Ativo biológico--Continuação

A partir do exercício de 2021, a Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativos Biológicos. Dessa forma, seus ativos biológicos passaram a ser mensurados ao valor justo, menos a despesa de venda, no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

	<u>31/12/2021</u>
Saldo de abertura do período	-
Custo de formação (a)	4.531
Custo de aquisição madeira em pé (b)	26.090
(-) Madeira colhida	(1.336)
Total	<u>29.285</u>

(a) O custo de formação refere-se aos gastos diretamente atribuíveis ao processo de plantio e cultivo da floresta de eucalipto e aos gastos incorridos com a proteção e manutenção das florestas formadas de *acacia mangium* adquiridas de terceiros.

(b) O custo de aquisição da madeira em pé refere-se ao valor da aquisição do acervo florestal de *acacia mangium* adquirido de terceiros, para a utilização na produção de vapor e de energia elétrica pela usina.

Em 31 de dezembro de 2021, não há ativos biológicos cuja titularidade legal seja restrita, nem há nenhum ativo biológico dado em garantia de exigibilidades.

9. Fornecedores

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aquisição de ativo biológico	17.736	-
Fornecedores de produtos	1.056	350
Fornecedores de serviços	487	722
	<u>19.279</u>	<u>1.071</u>
Classificado no passivo circulante	6.380	1.071
Classificado no passivo não circulante	12.899	-

(a) Em setembro de 2021, a Companhia adquiriu a totalidade do acervo florestal de *acácia mangium* de um terceiro, com a transferência da posse e da propriedade desse acervo para Companhia. A aquisição foi realizada de forma parcelada, através do pagamento de 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e consecutivas a partir de setembro de 2021.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

10. Debêntures

A Companhia realizou duas emissões de debêntures com o objetivo de captar recursos para implantação da CGT. A 1ª emissão foi composta por 20.000 (vinte mil) debêntures, em duas séries, no valor nominal unitário de R\$ 1 (mil reais), perfazendo o montante total de R\$ 20.000 (vinte milhões de reais). A 2ª emissão foi composta por 87.500 (oitenta e sete mil e quinhentas) debêntures, em série única, no valor nominal unitário de R\$ 1 (mil reais), perfazendo o montante total de R\$ 87.500 (oitenta sete milhões e quinhentos mil reais). Até o momento, a Companhia captou a totalidade das debêntures da 1ª emissão e 72.500 (setenta e duas mil e quinhentas) debêntures da 2ª emissão.

Composição

	Vencimento	Indexador	31/12/2021	31/12/2020
1ª série da 1ª emissão	31/05/2022	CDI +12,0% a.a.	12.130	10.435
2ª série da 1ª emissão	31/05/2022	CDI +12,0% a.a.	12.010	10.276
2ª emissão	15/12/2034	IPCA + 10,25% a.a.	87.295	-
(-) Custo com transação com debêntures			(371)	(43)
Total			111.064	20.668
Classificado no passivo circulante			35.520	-
Classificado no passivo não circulante			75.544	20.668

Movimentação das debêntures

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	20.668	-
Captação	75.916	20.055
Juros sobre debêntures	14.808	656
Pagamento de custo de transação	(328)	(43)
Saldo final	111.064	20.668

Cronograma de amortização da dívida

Vencimento	2021	
	Valor	%
Circulante	35.520	32,0%
2023	2.533	2,3%
2024	2.521	2,3%
2025	2.505	2,3%
Após 2025	68.357	61,5%
Subtotal	75.916	68,4%
Custo de captação (não circulante)	(371)	(0,3%)
Total não circulante	75.544	68,0%
Total debêntures	111.064	100,0%

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Debêntures --Continuação

A Companhia está sujeita a cláusulas financeiras restritivas (“*covenants*”), incluindo, entre outros, restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência do credor, e atingimento de índices financeiros a partir da conclusão do projeto. As cláusulas restritivas e as garantias relacionados ao financiamento são os seguintes:

Garantias

Inicialmente, as debêntures da 1ª emissão foram garantidas por (i) alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, de propriedade da Acionista, nos termos do “Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças”; e (ii) cessão fiduciária dos recebíveis oriundos do CCEI, nos termos do “Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis em Garantia e Outras Avenças”.

Em 06 de janeiro de 2021, foi formalizada a liberação das garantias reais das debêntures da 1ª emissão, conforme previsto na sua escritura de emissão, com a assinatura da escritura da 2ª emissão de debêntures da Companhia.

As debêntures da 2ª emissão são garantidas por (i) alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, de propriedade da Acionista, nos termos do “Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças”; (ii) alienação fiduciária de equipamentos industriais, maquinários e ativos fixos de propriedade da Companhia, necessários para a implementação e operação da usina, nos termos do “Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos em Garantia e Outras Avenças”; e (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da Companhia, nos termos do “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Direitos Emergentes e Contas Bancárias em Garantia e Outras Avenças”.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia manteve-se dentro dos limites de crédito, bem como, em acordo com os *covenants* estipulados nas escrituras de emissão.

11. Provisão para processos trabalhistas, cíveis e tributários

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Os assessores jurídicos da Companhia classificam como sendo de possibilidade de perda possível o procedimento arbitral CAM-CCBC nº 85/2021/SEC2 do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), com valor de disputa contra a Companhia (e suas coligadas) de R\$ 8.750. O procedimento foi instaurado em 27 de agosto de 2021 e está em fase processual inicial.

Adicionalmente, os assessores jurídicos da Companhia classificam como sendo de possibilidade de perda possível o procedimento administrativo decorrente do Termo de Intimação de Penalidade Editalícia (TIPE) da ANEEL. Em caso de condenação, o valor efetivo de eventual penalidade pecuniária dependerá da discussão administrativa acerca dos critérios de dosimetria que serão adotados no caso concreto. A Companhia estima que o valor efetivo de eventual perda poderá ser de até R\$ 1.913.

Não existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível.

12. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 36.613 (R\$ 20.561 em 2020), com aumento de capital de R\$ 16.052 em 2021 (através da conversão do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC), e está representado por 36.613.494 ações ordinárias, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Quantidade de ações ON</u>	<u>%</u>
Oxe Participações S.A.	36.613.494	100,00%
	<u>36.613.494</u>	<u>100,00%</u>

13. Despesas administrativas e gerais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Serviços de terceiros	(1.108)	(1.252)
Despesas com pessoal (a)	(1.123)	(1.378)
Taxas e contribuições	(75)	(61)
Seguros administrativos	(28)	-
Outras	(110)	(64)
Total	<u>(2.444)</u>	<u>(2.755)</u>

(a) A partir do exercício de 2021, a Companhia e suas coligadas passaram a realizar o rateio das despesas com pessoal.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Resultado financeiro

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas Financeiras	593	2
Receitas de aplicações financeiras	593	2
Despesas Financeiras	(264)	(27)
Juros sobre arrendamento mercantil	(134)	(7)
Multas e juros de mora	(15)	(10)
Outros	(115)	(10)
Resultado financeiro líquido	329	(25)

15. Instrumentos financeiros

15.1. Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fornecedores, debêntures e arrendamentos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (covenants) que ocorrerá a partir de sua entrada em operação, sendo o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD).

15.2. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorrerem as mudanças.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

15.2. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2021		2020	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	14.902	14.902	2.328	2.328
Total do ativo			14.902	14.902	2.328	2.328

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2021		2020	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	-	Custo amortizado	6.380	6.380	1.071	1.071
Debêntures	-	Custo amortizado	111.064	111.064	20.668	20.668
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	2.865	2.865	150	150
Total do passivo			120.309	120.309	21.889	21.889

Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais. Para fundos de investimentos, são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Aplicações financeiras – são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos onde os vencimentos limitam-se a doze meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI;

Fornecedores – decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado;

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

15.2. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

(a) Mensuração do valor justo--Continuação

Debêntures – são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 S.A. e ANBIMA.

Passivo de arrendamento - composto pelas obrigações decorrentes de contratos de locações e leasing que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2). Os saldos são trazidos a valor presente por meio de fluxo de caixa descontado para o exercício de vigência de cada contrato e são classificados como passivo ao custo amortizado.

15.3. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia avalia e considerara relevante a exposição aos seguintes riscos:

(a) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes serão formadas por um único cliente, através do CCESI, pelo prazo de 15 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Adicionalmente, uma parcela relevante dos valores devidos no âmbito do CCESI será paga através da sub-rogação da Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC"), conta setorial cuja fonte de recursos é pulverizada através do setor elétrico. Assim, não há exposição significativa da Companhia a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes.

(b) Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia administra e mensura esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado.

Os passivos financeiros existentes abrangem os saldos de debêntures, emitidas através da 1ª emissão, em duas séries, e 2ª emissão, em série única, da Companhia, remuneradas a CDI + 12,0% a.a., e a IPCA + 10,25% a.a., respectivamente.

A Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira. Dessa forma, não está sujeita a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

15.3. Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

(c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre as debêntures captadas pela Companhia são apresentadas na nota explicativa nº 10 - Debêntures.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados:

	<u>De 1 a 12</u> <u>meses</u>	<u>De 1 a 5</u> <u>anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	6.380	12.899	19.279
Debêntures	35.520	75.544	111.064
Arrendamentos	352	2.513	2.865
	<u>42.252</u>	<u>90.956</u>	<u>133.208</u>

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

15.3. Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa nº 10, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (covenants). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia.

(d) Risco de taxa de juros

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com o CPC 48, um cenário com os indexadores projetados para 12 meses (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) desses indexadores.

Foi incluído ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

15.3. Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Operação	Saldo em R\$ (exposição)	Risco do fluxo de caixa associado à taxa de juros					
		Impacto no resultado					
		Cenário Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%	
Ativos Financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	<u>14.902</u>	<u>16.659</u>	<u>17.098</u>	<u>17.537</u>	<u>16.220</u>	<u>15.780</u>
Impacto no resultado			<u>439</u>	<u>878</u>	<u>(439)</u>	<u>(878)</u>	
Passivos Financeiros							
Debêntures	IPCA	<u>(111.064)</u>	<u>(116.862)</u>	<u>(118.311)</u>	<u>(119.760)</u>	<u>(115.412)</u>	<u>(113.963)</u>
Impacto no resultado			<u>(1.449)</u>	<u>(2.899)</u>	<u>1.449</u>	<u>2.899</u>	
Efeito líquido no resultado			<u>(1.010)</u>	<u>(2.020)</u>	<u>1.010</u>	<u>2.020</u>	
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 2021	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		11,79	4,42	14,74	17,69	8,84	5,90
IPCA (%12 meses)		5,22	10,06	6,53	7,83	3,92	2,61

Fonte: B3

(e) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui debêntures com covenants que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis, além do cumprimento de obrigações. O descumprimento desses índices e obrigações pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente ao cumprimento dos covenants mencionados na nota explicativa nº 10 - Debêntures.

(f) Riscos regulatórios e operacionais

A Companhia recebeu autorização da ANEEL para implantar e explorar a CGT Santa Luz, sob o regime de produção independente de energia elétrica. Adicionalmente, a CGT Santa Luz sagrou-se vencedora do leilão 001/2019 da ANEEL. Nesse contexto, a Companhia está sujeita a regulação específica do setor elétrico brasileiro. Essa regulação estabelece procedimentos, instruções, resoluções, obrigações e penalidades específicas, que devem ser continuamente observadas pela Companhia. A Administração, em conjunto com seus assessores regulatórios, acompanha as normas regulatórias vigentes, além de continuamente interagir com os agentes e entidades do setor.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

15.3. Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

(g) Riscos ambientais

A política nacional do meio ambiente determina que o funcionamento regular das atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. A Companhia, em consonância com as determinações legais vigentes, busca o atendimento na íntegra, a todos os comandos necessários à perfeita execução do objeto de sua autorização e atividades associadas, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais necessárias para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção da CGT.

(h) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, do credor e do mercado, e, com isso, manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária.

A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

16. Cobertura de seguros

Seguro de risco de engenharia

A Companhia é parte segurada da apólice de seguro de riscos de engenharia da Motrice (EPCista) e dos fornecedores dos principais equipamentos. Essa apólice tem como objeto segurado a execução de todas as obras necessárias à completa implantação, testes e comissionamento, bem como a entrada em operação e perfeito funcionamento da CGT Santa Luz, e é considerada como suficiente para cobrir eventuais sinistros pela Administração da Companhia.

Seguro de florestas

A Companhia contratou cobertura de seguro de florestas com o objetivo garantir o pagamento de uma indenização para Companhia, no caso de ocorrência de sinistro relacionado à incêndio, raio ou danos na madeira colhida nas florestas de *acacia mangium*. Adicionalmente, a Companhia também contratou cobertura de seguro de florestas com o objetivo garantir o pagamento de uma indenização para Companhia, no caso de ocorrência de sinistro relacionado à incêndio, raio, fenômenos meteorológicos e ventos fortes nas florestas de eucalipto.

Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Seguro de responsabilidade civil geral

A Companhia contratou cobertura de seguro de responsabilidade civil geral com o objetivo de garantir o pagamento e/ou o reembolso de quantias devidas e/ou despendidas nas reparações de danos, nos termos da apólice de seguro, causados involuntariamente a terceiros.

Seguro garantia

A Companhia contratou cobertura de seguro no valor de R\$ 3.825 (três milhões e oitocentos e vinte e cinco mil reais), que garante a indenização em razão de eventual inadimplemento das obrigações da Companhia previstas no edital do Leilão 001/2019 da ANEEL.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

17. Eventos subsequentes

Em 27 de fevereiro de 2022, o Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da ANEEL, através do Despacho Nº 590, liberou a UTE Santa Luz para início da operação em teste com o Operador Nacional do Sistema (ONS) a partir de 28 de fevereiro de 2022.

A Companhia obteve em 22 de março de 2022, através da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima ("FEMARH-RR") a Licença de Operação Nº 10/2022/DLAIIS, referente à operacionalização da usina termelétrica a biomassa, com validade até 22 de março de 2026.